

AS REVOLTAS ÁRABES E A DEMOCRATIZAÇÃO DO MAGREB E DO ORIENTE MÉDIO

Maurício Santoro¹

*Come writers and critics who prophesize with your pens
And keep your eyes open, the chance won't come again
And don't speak too soon, the wheel's still in spin
And there's no telling who that it's naming
Oh the loser will be later to win
For the times, they are a changing*

Bob Dylan

1. Introdução

Em janeiro de 2011 uma revolta popular derrubou o ditador da Tunísia, Zine Ben Ali, dando início a inédita sequência de insurreições democráticas nos países árabes, que atingiu com mais força Egito, Iêmen, Líbia, Síria e Bahrein, mas também repercutiu na Argélia, Jordânia, Marrocos e Arábia Saudita. Foi a primeira vez em que regimes autoritários árabes caíram por ação de rebeliões de massa e não por meio de golpes militares ou complôs palacianos. As atuais sublevações políticas representam a chegada ao Norte da África e ao Oriente Médio de onda de democratização semelhante a das décadas de 1970-1990, que alcançou as porções sul e leste da Europa, a América Latina e países africanos, sobretudo na costa ocidental e no cone austral do continente.

Aquele momento de transformação ficou conhecido na literatura especializada como “a terceira onda de democratização”, que complementava períodos anteriores ocorridos após a Segunda Guerra Mundial e em meados do século XIX. Como suas antecessoras, a vaga contemporânea não foi nem universal, nem irreversível. Ela não chegou até a China, à maioria dos países do Oriente Médio (Turquia e Israel são exceções, tendo sido democratizados anteriormente) e à boa parte da África. Na antiga União Soviética os processos de liberalização retrocederam quase todos para regimes autoritários e na América Latina houve golpes bem-sucedidos no Peru e em Honduras, com tentativas no Paraguai e na Venezuela.

¹ Doutor em Ciência Política, professor do MBA em Relações Internacionais da Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro. Autor do livro *Ditaduras Contemporâneas* (Editora da FGV, no prelo).

A exclusão dos países árabes da onda democratizante era uma incógnita que desafiava os analistas políticos. Afinal, muitos deles são nações com classe média razoavelmente ampla, em melhores condições sócio-econômicas do que Estados africanos ou latino-americanos que derrubaram suas ditaduras. A religião islâmica às vezes é apontada em leituras apressadas como causa do problema, mas países de maioria muçulmana como Turquia e Indonésia têm se estabelecido como democracias estáveis e prósperas.

O cenário regional conflituoso foi influência forte para a preservação de ditaduras nos países árabes. No pós-Guerra Fria, a principal bandeira de regimes autoritários em busca de legitimidade é o nacionalismo, que pode ser entendido como a defesa da integridade territorial e de identidades culturais em xeque por processos de modernização e pressões econômicas globais. (Santoro, no prelo) Tais fatores estão presentes de modo intenso no Norte da África e no Oriente Médio, devido à persistência do conflito árabe-israelense, ao estabelecimento de bases militares dos Estados Unidos (Anderson, 2011) e ao desafio representado pelos movimentos fundamentalistas islâmicos. Ditadores árabes afirmavam às suas populações ser impossível liberalizar os governos, pois uma “mão forte” era necessária para derrotar os inimigos do Estado – Israel, os EUA, a Al-Qaeda, seitas religiosas, o que fosse.

O objetivo deste artigo é analisar as causas das revoltas árabes, examinando os aspectos econômicos (seção 2), políticos (seção 3) e o papel das novas tecnologias de informação na eclosão das rebeliões (seção 4). A conclusão discute as perspectivas do estabelecimento de democracias entre esses países e as as consequências para a política internacional.

Trata-se de um ensaio introdutório, pois como adverte Bob Dylan na canção que serve de epígrafe a este trabalho, “a roda ainda está girando” enquanto “os tempos estão mudando” e no momento de redação do artigo (abril de 2011) a situação na Líbia e na Síria continua indefinida, enquanto os governos da Tunísia e do Egito já foram modificados e o do Iêmen caminha para o mesmo desfecho.

2. Fatores Econômicos: desemprego e subemprego

As revoltas árabes começaram na Tunísia e o estopim foi o suicídio do jovem Mohamed Bouazizi. Com formação universitária, ele não conseguira emprego adequado a seu nível de instrução e montara uma barraca de rua, para trabalhar como vendedor de alimentos. Contudo,

mesmo esse ofício modesto mostrou-se impraticável, pela constante pressão de fiscais do governo, que lhe exigiam suborno para permitir que continuasse com seu pequeno negócio. Humilhado, o rapaz suicidou-se ateando fogo ao próprio corpo, em frente à sede da prefeitura de sua cidade. O gesto trágico e desesperado tornou-o símbolo das frustrações de toda uma geração. A tabela abaixo sintetiza os principais dados econômicos para os países árabes nos últimos 20 anos:

TABELA 1: INDICADORES SÓCIO-ECONÔMICOS NOS PAÍSES ÁRABES

	PIB, US\$ bilhões, 2005	Renda per capita (Paridade do Poder de Compra)	Varição PIB per capita, 1990-2005	Inflação, 1990-2005	Desemprego, 1996-2005
Arábia Saudita	309,8	15.711	0,1%	0,4%	5,2%
Argélia	102,3	7.062	1,1%	10,7%	15,3%
Bahrein	12,9	21.482	2,3%	0,5%	n.d
Catar	42,5	n.d.	n.d.	2,7%	3,9%
Comoros	0,4	1.993	-0,6%	n.d	n.d
Djibouti	0,7	2.178	-2,7%	n.d	n.d
Egito	89,4	4.337	2,4%	6,6%	11,0%
Emirados Árabes Unidos	129,7	25.514	-0,9%	n.d	2,3%
Iêmen	15,1	930	1,5	20,8%	11,5%
Jordânia	12,7	5.530	1,6%	2,8%	n.d
Kuwait	80,8	26.321	0,6	1,8%	1,1%
Líbano	21,9	5.584	2,8%	n.d	n.d
Líbia	38,8	n.d.	n.d.	1,9%	n.d
Marrocos	51,6	4.555	1,5%	2,8%	11,0%
Mauritânia	1,9	2.234	0,3%	5,8%	n.d
Omã	24,3	15.602	1,8%	0,1%	n.d
Síria	26,3	3.808	1,4%	4,9%	11,7%
Sudão	27,5	2.083	3,5%	41,8%	n.d
Territórios Palestinos	4,0	n.d.	n.d.	n.d	26,7%
Tunísia	28,7	8.371	3,3%	3,6%	14,2%

Fonte: Arab Human Development Report, PNUD, 2009. Em razão dos longos anos em guerra, não há dados confiáveis para Iraque e Somália.

Os indicadores mostram que há grande desigualdade entre os países árabes, com o grupo mais próspero sendo formado pelas monarquias às margens do Golfo Pérsico. As décadas recentes foram marcadas por crescimento econômico medíocre para todas as nações listadas na tabela, e as que passaram por guerras civis (Argélia, Iêmen, Sudão) enfrentaram também o problema extra de uma alta taxa de inflação. Acrescente-se que a partir de 2007 houve expressiva alta das commodities agrícolas, o que acarretou pressão significativa para nações que dependem em alto grau da importação de alimentos, como Egito e Líbia.

O desemprego entre os países árabes é mais do que o dobro da média mundial para o período, que foi de 6,3%. Além disso, o relatório do PNUD indica que o percentual de jovens desempregados é duas ou três vezes maior do que a taxa nacional. Há também enorme percentual da população em subemprego e ocupações precárias. Para os poucos países para os quais há dados (Argélia, Egito, Tunísia) a estimativa é de 43% a 50% da população economicamente ativa no mercado informal.

Diante de tais indicadores, é fácil compreender porque a tragédia do rapaz tunisiano tornou-se estopim para diversas nações. O mesmo tema perpassa o romance egípcio “O Edifício Yacubian”, de Alaa Al Aswany, publicado em 2004 que ilustra de maneira notável os dramas que explodiram nas revoltas atuais. O livro têm por fio condutor prédio no centro do Cairo, construído como local de convívio da elite cosmopolita da monarquia, mas que decaiu econômica e socialmente, sendo habitado por mistura de burgueses saudosos de glórias passadas com uma espécie de lumpen-proletariado que busca simplesmente sobreviver.

Os personagens ricos de Aswany vivem de rendas, têm negócios próprios ou são executivos em grandes empresas, mas a maioria do elenco de “Edifício Yacubian” faz do (sub)emprego sua preocupação central. Buthanya, a heroína, é uma moça pobre com alguma instrução, que migra entre vários trabalhos de vendedora em loja, fugindo do assédio sexual dos patrões. Taha, seu namorado, vê o sonho de ingressar na polícia vetado por conta de sua origem social humilde, de filho de porteiro. Suad tem trabalho fixo como secretária, mas os ganhos insuficientes para sustentar com conforto seu filho após a morte do marido, a fazem aceitar um lugar humilhante como segunda esposa de um rico empresário. Zaki, aristocrata decadente, tem à sua volta um séquito de aproveitadores e lacaios com más intenções.

Só os problemas de empregos não explicam as revoltas. Análise detalhada da tabela indica que elas ocorreram nos países de renda média – de modo geral não foram afetados nem os mais ricos (com exceção da Arábia Saudita e do Bahrein, por razões religiosas que serão examinadas na próxima seção) e nem os mais pobres. Para entender a aparente contradição é preciso observar a modernização social nas nações árabes.

TABELA 2: ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO NOS PAÍSES ÁRABES, 1990-2005

	1990	1995	2000	2005
Arábia Saudita	0,717	0,748	0,788	0,812
Argélia	0,652	0,672	0,702	0,733
Bahrein	0,808	0,834	0,846	0,866
Catar	n.d.	n.d.	n.d.	0,875
Comoros	0,506	0,521	0,540	0,561
Djibouti	0,476	0,485	0,490	0,516
Egito	0,575	0,613	0,659	0,708
Emirados Árabes Unidos	0,816	0,825	0,837	0,868
Iêmen	0,402	0,439	0,473	0,508
Jordânia	0,684	0,710	0,751	0,773
Kuwait	n.d.	0,826	0,855	0,891
Líbano	0,692	0,730	0,748	0,772
Líbia	n.d.	n.d.	n.d.	0,818
Marrocos	0,551	0,581	0,613	0,646
Mauritânia	0,455	0,487	0,509	0,550
Omã	0,697	0,741	0,779	0,814
Síria	0,646	0,676	0,690	0,724
Sudão	0,429	0,463	0,491	0,526
Territórios Palestinos	n.d.	n.d.	n.d.	0,731
Tunísia	0,662	0,702	0,741	0,766

Fonte: Arab Human Development Report, PNUD, 2009. Em razão dos longos anos em guerra, não há dados confiáveis para Iraque e Somália. A mudança recente na metodologia de cálculo do IDH torna questionável a utilização dos dados de 2010, para fins de comparação com a série histórica.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é contruído a partir de estatísticas que abarcam expectativa de vida, anos de educação formal e renda, e procura equilibrar a mensuração

tradicional de riqueza com o levantamento das condições sociais. Os países árabes têm se saído melhor nesse segundo aspecto do que no primeiro. As nações em que ocorreram as revoltas oscilam entre alto (Arábia Saudita, Bahrein, Líbia) e médio IDH (as demais). Nenhuma delas tem índice baixo.

Isso mostra que as revoltas árabes não aconteceram como a reação a condições de vida de extrema pobreza, mas sim que podem ser classificadas no que Alexis de Tocqueville chamou de “revolução das expectativas crescentes”. Ele observou como o terremoto político na França de 1789 foi precedido pela melhora da situação econômica, inclusive para os mais pobres:

Não é sempre indo de mal a pior que se cai numa revolução. Acontece, na maioria das vezes, que um povo que aguentou, sem se queixar e como se não as sentisse, as leis mais opressivas resolve repeli-las com violência logo que seu peso diminui. O regime que uma revolução derruba é sempre melhor do que aquele que o antecedeu imediatamente, e a experiência nos ensina que o momento mais perigoso para um mau governo é geralmente aquele em que começa a reformar-se. Só um grande gênio pode salvar o príncipe que resolveu aliviar seus súditos após uma longa opressão. O mal que se aguentava com paciência como sendo inevitável parece insuportável logo que se concebe a idéia de livrar-se dele. (Tocqueville 1997 [1856]:166).

Os países árabes são bem mais modernos e avançados na primeira década do século XXI do que eram no período da descolonização, entre 1920-1950. A expansão da educação pública, a realização da reforma agrária e a implementação políticas sociais criaram oportunidades de ascensão inexistentes anteriormente. (Hourani, 2006; Lewis, 1996). A melhoria constante do IDH reflete isso. A difusão da imprensa e das novas tecnologias de informação, como a rede de TV a cabo Al-Jazeera e as mídias sociais da Internet, criaram novas ferramentas para a formação da opinião pública, tornando-a menos dependente do Estado.

O cerne econômico das revoltas árabes é o contraste entre uma população mais instruída e melhor informada que se defronta com poucas chances de inserção bem-sucedida no mercado de trabalho. A tensão é ainda mais forte entre os jovens, que sentem de modo mais intenso os benefícios e os problemas dessas novas conjunturas. E do ponto de vista político, há a questão do enfrentamento com sistemas fechados, autoritários e corruptos.

3. Fatores políticos: autoritarismo, corrupção, religião

As revoltas árabes tiveram como estopim temas econômicos, mas não se limitam a uma agenda reformista nesse campo. Os manifestantes demandam não apenas políticas de emprego,

mas a queda dos regimes autoritários. A derrubada do ditador da Tunísia, em janeiro de 2011, ocorreu quando o Exército se recusou a reprimir os grandes protestos, e teve impacto avassalador no Norte da África e no Oriente Médio, por seu efeito demonstrativo. Mostrou que uma população bem organizada e com coragem para desafiar as autoridades poderia destruir um regime autoritário nessas regiões, a exemplo do que havia ocorrido na Europa Oriental e na América Latina.²

As culturas árabes têm longa e orgulhosa história, com impérios importantes que governaram de Bagdá, Damasco, Cairo e Córdoba, mas nos últimos 500 anos viveram sob controle de estrangeiros: otomanos, britânicos, franceses e italianos. O domínio colonial começou a ruir na década de 1920 e terminou após a Segunda Guerra Mundial. Os países que surgiram das antigas colônias variam entre nações com sólida identidade própria (Egito, Marrocos) a construções frágeis traçadas pelas ex-metrópoles para atender a seus aliados políticos (Jordânia, Líbano, Iraque). Os novos governos foram de caráter autoritário e oscilaram entre três grandes correntes.

As monarquias estão presentes no Marrocos, na Jordânia e nos Estados do Golfo Pérsico (Arábia Saudita, Bahrein, Kuwait). Aliadas das ex-metrópoles coloniais da Europa e dos Estados Unidos, apresentam-se como opções moderadas politicamente. Em alguns casos, lograram substanciais reformas econômicas, como no Catar, cujo soberano criou a célebre emissora Al-Jazeera, ou nos Emirados Árabes Unidos, com Dubai virando um centro internacional de negócios. O caso saudita é peculiar, pois após os choques do petróleo os recursos financeiros do Reino tornaram-se uma das principais fontes de apoio a movimentos fundamentalistas na Ásia Meridional, ao mesmo tempo que o país é o principal aliado dos Estados Unidos entre os árabes.

As ditaduras militares surgiram como rejeição a monarquias corruptas, dependentes dos aliados ocidentais, no Egito e Líbia, ou como a consequência da disputa de poder que seguiu-se à independência na Tunísia e na Argélia. Vêm a si mesmas como instrumento de modernização e da realização de reformas sociais, críticas das elites de seus países, e de forte teor nacionalista, pan-árabe. Embora perseguissem os comunistas internamente, estabeleceram alianças ocasionais com a União Soviética, visando sobretudo à auxílio militar contra Israel. No Iêmen do Sul, houve

² Os próximos cinco parágrafos desta seção reproduzem trechos de Santoro (2011).

uma ditadura militar comunista nas décadas de 1960-80 e o país foi reunificado nos anos 90 sob o general Ali Saleh, no poder no norte desde 1978.

Os regimes autoritários do Partido Ba'ath – Renascença, em árabe – foram estabelecidos na Síria e no Iraque na década de 1960, em substituição às ditaduras militares que governavam aqueles países (no caso iraquiano, após os generais deporem e assassinarem o rei). Esposam “socialismo árabe” parecido com o das ditaduras militares, mas o controle do sistema está com a elite política civil, ligada por fortes vínculos étnicos e religiosos, como os al-Tikrit no Iraque de Saddam Hussein ou a seita alauíta na Síria da família Assad. Foram os aliados mais constantes da União Soviética na região.

O Líbano e os territórios palestinos foram exceções, porque o alto grau de fragmentação religiosa do primeiro (cristãos, muçulmanos xiitas e sunitas), e de divisões políticas dos segundos (mais de uma dúzia de movimentos na OLP, o Hamas), e da presença de exércitos estrangeiros (Israel, Síria) entre ambos impediram a criação de uma coalizão estável para impor um governo autoritário. O que existe neles são alianças cambiantes, que com frequência se transformam em choques armados ou mesmo guerras civis. Propiciaram um ambiente público mais plural do que outras nações árabes, embora a vida política seja marcada pela violência.

As revoltas árabes foram mais intensas nos regimes militares (Tunísia, Egito, Líbia, Iêmen) e naquelas nações onde o governo é exercido por uma minoria religiosa (Síria e Bahrein). Governos autoritários que permitem mais espaço político à oposição, na forma de partidos, sindicatos, e associações cidadãs têm se saído melhor em oferecer reformas que apaziguem os ânimos de sua população inquieta (Argélia, Jordânia, Marrocos). Na Arábia Saudita, onde a revolta ficou basicamente restrita à minoria xiita (cerca de 15% dos habitantes do reino), as autoridades também foram bem-sucedidas em debelar os protestos.

O autoritarismo é um ponto essencial das revoltas, por várias razões. Primeiro, há a brutalidade dos ditadores, a violência policial e a tortura, e não só por disputas políticas. No Egito, o assassinato de um rapaz de Alexandria pela polícia, em uma discussão banal por causa de uma carteira de identidade foi um catalizador das manifestações: “Somos todos Khaled Said”, diziam os cartazes, em movimento semelhante ao da Tunísia, onde outro jovem virou símbolo dos descontentamentos da nação.

A violência política afeta não apenas aqueles envolvidos em atividades que visam à derrubada do regime. Os ditadores a utilizam como instrumento de terrorismo de Estado, para apavorar a população no que o romancista líbio Hisham Matar chamou de “a arte escura da submissão” (2007: 169). Muamar Kadafi, por exemplo, exhibe vídeos de julgamentos e execuções de dissidentes, com frequência encenados em locais públicos como ginásios esportivos.

A corrupção vinculada aos regimes autoritários é outro catalizador dos protestos, pois a riqueza dos apadrinhados do regime contrasta com as dificuldades econômicas enfrentadas pela maioria da população. Há questões institucionais, como as empresas de propriedade dos militares no Egito ou do partido Ba'ath na Síria, e as redes pessoais e tribais dos que fizeram fortunas por serem próximos de famílias de ditadores como Hosni Mubarak, Kadafi ou Ben Ali. A força da demanda por justiça tem sido elemento importante na medida em que os revoltosos insistem em que os ex-governantes sejam julgados por corrupção e violação de direitos humanos, em vez de simplesmente desfrutar de luxuoso exílio no exterior. Novamente, o romance “Edifício Yacubian” sintetiza a questão, num diálogo entre o velho aristocrata Zaki e a jovem Buthayna:

“Não consigo entender sua geração. Na minha época, o amor pelo próprio país era como uma religião. Muitos jovens morreram lutando contra os britânicos.”

Buthayna se sentou e disse:

“Vocês fizeram manifestações para expulsar os britânicos? Certo, eles se foram. Isso significa que o país está bem?”

“A razão para o país ter decaído é a ausência de democracia. Se fosse um sistema realmente democrático, o Egito seria uma grande potência. A maldição do Egito é a ditadura, e a ditadura quase sempre leva à pobreza, à corrupção e ao fracasso em todos os campos.” (Aswany, 2009: 222)

O tema do nepotismo também é importante, sobretudo no Egito e na Líbia, onde os ditadores locais pretendiam fazer dos filhos seus herdeiros políticos. Ambos os regimes autoritários foram instituídos por golpes militares (em 1952 e 1969) mas as Forças Armadas viam a si mesmas como atores revolucionários, derrubando monarquias corruptas para realizar grandes reformas sociais que tornariam seus países regimes modernos. Transmitir o poder de pai para filho representa portanto um estágio acentuado do declínio da legitimidade de tais governos. (Vandewalle, 2006; Shatz, 2010; Amrani, 2011). No caso de Kadafi, seu filho Saif al-Islam era

apresentado como o reformador do sistema, após obter um doutorado na Inglaterra. No Egito, sequer essa fachada existia, pois Gamal Mubarak era considerado apenas um playboy, sem experiência política.

A Síria é um caso à parte. O ditador Hafez al-Assad havia escolhido seu filho Basil como sucessor, mas a morte do rapaz num acidente de carro fez que mudasse de planos e ordenasse ao outro filho, Bashar, que largasse a carreira de médico oftalmologista na Inglaterra e voltasse ao país natal para ingressar na política. Em 1999, quando Assad morreu, Bashar tinha apenas 35 anos e as leis tiveram que ser modificadas para que ele pudesse assumir a presidência. Desfrutou de popularidade, pois muitos o viam como a esperança de renovar o sistema do Ba'ath. Porém, depois de mais uma década no poder, a mudança que empreendeu limitou-se à abertura econômica, e a minoria alauíta continua dependente do regime autoritário para manter seus privilégios.

A religião desempenhou papel secundário nas revoltas, apesar dos argumentos dos ditadores de que são o último bastião de defesa contra o fundamentalismo islâmico. Organizações como a Irmandade Muçulmana e a Frente Islâmica de Salvação foram duramente reprimidas na Síria, Egito, Argélia e Líbia nas décadas de 1980-1990, mas seus slogans e objetivos não estiveram presentes nas demandas dos manifestantes contemporâneos. As exceções foram os protestos dos xiitas no Bahrein e na Arábia Saudita, pela questão da opressão por monarquias sunitas que impõem restrições à prática pública de sua fé, e onde tradicionalmente os movimentos críticos a esses regimes assumem bandeiras religiosas (Nasr, 2007).

Contudo, é possível que os grupos religiosos estejam entre os principais beneficiários das mudanças de regime e da liberalização política. Com maior experiência de organização e a existência de uma estrutura de rede social (creches, postos de saúde etc) podem aproveitar o novo espaço de mobilização para expandir sua influência. O Partido Justiça e Desenvolvimento, da Turquia, com seu islamismo moderado, oferece modelo mais atrativo do que os movimentos fundamentalistas, por sua capacidade de conquistar votos dos eleitores conservadores, que consideram a religião importante, mas que receiam a captura do Estado por fanáticos.

4. O Papel das Novas Tecnologias de Informação

Desde a revolução verde no Irã (2009) as novas mídias desempenham funções importantes, embora controversas, em protestos democráticos. Ferramentas da Web 2.0, como blogs, Twitter, Facebook, outras redes sociais e mensagens de texto enviadas via celulares são louvadas por seu caráter descentralizado, de utilização fácil e barata, que dificulta o controle governamental e favorece a ação de ativistas políticos que enfrentam regimes autoritários. O uso particularmente intenso de tais instrumentos pelos jovens deu-lhes ainda mais força simbólica, como expressão dos anseios da nova geração, e não só nos países árabes. Nos Estados Unidos, o presidente Barack Obama lançou sua campanha à reeleição na sede do Facebook, e o criador do site, Mark Zuckberg, foi eleito em 2011 pela revista Time a “pessoa do ano”.

Há também correntes céticas ou mesmo hostis, com relação aos vínculos entre as novas mídias e a democracia. Morozov (2010) ressalta que governos e extremistas políticos podem usá-las de maneira igualmente eficaz para reprimir liberdades ou propagar doutrinas violentas, autoritárias e racistas. Autoridades são capazes de criar perfis falsos em redes sociais para difundir propaganda, desacreditar dissidentes ou monitorar suas atividades e seus contatos. Ou simplesmente restringir, censurar e tirar do ar tais sistemas.

Morozov aborda questões importantes, mas no que diz respeito às revoltas árabes de 2011, os grupos democráticos ganharam o jogo e os governos autoritários não conseguiram usar tão bem as novas mídias, ou sequer bloqueá-las com sucesso. É possível que aprendam com os erros e que tornem-se mais habilidosos em futuros conflitos, mas no contexto atual trata-se de examinar a importância da tecnologia da informação. A tabela abaixo mostra a abrangência de tais instrumentos no Norte da África e no Oriente Médio:

TABELA 3: TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO NOS PAÍSES ÁRABES (2005)

(Todos os dados: para cada grupo de mil pessoas)

	Linhas de Telefone	Assinantes de Celular	Usuários de Internet
Arábia Saudita	164	575	70
Argélia	78	416	58
Bahrein	270	1030	213
Catar	253	882	269
Comoros	28	27	33

Djibouti	14	56	13
Egito	140	184	68
Emirados Árabes Unidos	273	1000	308
Iêmen	39	95	9
Jordânia	119	304	118
Kuwait	201	939	276
Líbano	277	277	196
Líbia	133	41	36
Marrocos	44	411	152
Mauritânia	13	243	7
Omã	103	519	111
Síria	152	155	58
Sudão	18	50	77
Territórios Palestinos	96	302	67
Tunísia	125	566	95

Fonte: Arab Human Development Report 2009

As estatísticas não estão atualizadas e o uso das novas tecnologias cresceu exponencialmente nos últimos anos. Ainda assim, permitem a interpretação de tendências importantes. Mostram que o alcance das mídias sociais ainda é pequeno nos países árabes, embora seja maior nos Estados ricos do Golfo – que foram atingidos de modo superficial pelas revoltas.

Os dados levam à hipótese de que as novas tecnologias foram catalizadores do protesto – tornaram mais rápido e fácil organizar a ação coletiva, e mobilizar os jovens. É um grupo importante, devido à sua exposição mais dura ao desemprego e ao melhor nível de formação escolar dessa geração, em comparação com seus pais e avós. Mas as mídias contemporâneas, em si mesmas, não tiveram condições de atingir a maioria da população, em especial os mais pobres. Na etapa que se inicia agora nesses países, de criação ou reorganização de partidos políticos, o trabalho de base em comunidades e as relações face a face provavelmente diminuirá a importância relativa da Internet.

5. Conclusão

As revoltas árabes são explicáveis pela conjunção de uma população mais instruída e melhor informada que se depara com os problemas relativos ao emprego precário e com a persistência de regimes políticos autoritários, corruptos e que recorrem cada vez mais ao nepotismo, tendo

abandonado as bandeiras de reforma social que outrora lhe deram legitimidade. As novas tecnologias exerceram papel secundário, mas importante, ajudando na organização dos protestos e na difusão de informações sobre a repressão governamental.

As perspectivas para os regimes pós-ditaduras são incertas e variam bastante conforme o país. No Egito e na Tunísia, desenha-se um cenário de competição multipartidária no qual as Forças Armadas serão as fiadoras da estabilidade política e da contenção dos movimentos extremistas islâmicos, à semelhança do que houve na Turquia.

No Iêmen e na Líbia, a fragilidade dos Estados nacionais e da sociedade civil e a persistência de fortes conflitos tribais apontam para uma situação mais complexa, com o risco de recaídas em guerras civis e insurreições separatistas. Entre os líbios, há longa identidade própria das províncias da Tripolitânia, Cirenaica e Fezzan, e uma débil unidade construída a partir da colonização pela Itália e do mandato da ONU (1911-1950). Entre os iemenitas, um histórico de quatro guerras civis nos últimos 50 anos, envolvendo norte x sul, sunitas x xiitas e monarquistas x republicanos. Países como Argélia, Marrocos e Jordânia passam pelas revoltas árabes com a possibilidade de maior abertura política. Na Arábia Saudita e no Bahrein, o desfecho aparenta ser o do retorno ao *status quo ante*, embora com concessões econômicas limitadas.

A democratização dos países árabes tem grande impacto internacional, por alterar o equilíbrio de forças no Oriente Médio em meio a algumas das maiores regiões petrolíferas do mundo. As revoltas incentivarão movimentos semelhantes no Irã, nos territórios palestinos e no Líbano, pressionando por mais abertura e questionando práticas autoritárias de governo. Suas repercussões podem chegar ainda mais longe, em nações islâmicas como Paquistão ou até nos últimos bastiões das ditaduras modernizantes, como China e Vietnã. O regime autoritário chinês aumentou a repressão aos dissidentes, no patamar mais alto desde o massacre de 1989.³

Para Estados Unidos, União Européia e Israel, as revoltas árabes colocam em xeque a aposta tradicional em autocratas como garantidores da estabilidade e parceiros na “paz fria” do Oriente Médio e por isso foram recebidas pelos governos com cautela ou mesmo apreensão, pelo temor do tipo de regime poderá surgir. Na vívida analogia do jornalista Gideon Rachman, se as rebeliões fazem lembrar o rápido colapso do comunismo na Europa Oriental em 1989, desta vez

³ “China’s repressive new rulers”, *The Economist*, 14.04.2011.

o Ocidente ocupa o lugar do russos.⁴ Sobretudo no caso do Egito, as rebeliões mostraram o quanto essa política tem bases frágeis. Embora as revoltas tenham se concentrado em questões domésticas, com a quase ausência de sentimentos xenófobos, os novos regimes provavelmente terão diplomacias mais críticas do Ocidente e que ambicionem papel mais ativo na questão palestina.

Tais mudanças podem levar a mais turbulência, mas também à superação do impasse que se seguiu ao fracasso dos acordos de paz de Oslo. E quem sabe, ao fim da história trágica de pelo menos uma guerra por década nos países árabes, ao longo dos últimos 100 anos.

⁴ "It's 1989, but we're the Russians". *Financial Times*, 05.04.2011.

6. Referências Bibliográficas

AMRANI, Issandr El. “Why Tunis, Why Cairo?” *London Review of Books*, v.33, n.4, 2011.

ANDERSON, Perry. “On the Concatenation in the Arab World.”. *New Left Review*, nº68, março-abril, 2011.

ASWANY, Alaa Al. *O Edifício Yacubian*. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 2009.

LEWIS, Bernard. *O Oriente Médio: do advento do cristianismo aos dias de hoje*. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

HOURANI, Albert. *Uma História dos Povos Árabes*. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 2006.

MATAR, Hisham. *No País dos Homens*. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 2007.

MOROZOV, Evgeny. *The Net Delusion: the dark side of Internet freedom*. Nova York: Public Affairs, 2010.

NASR, Vali. *The Shia Revival – how conflicts within Islam will shape the future*. Nova York: W.W. Norton & Cia, 2007.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. *Arab Human Development Report*. Nova York: PNUD, 2009.

SANTORO, Maurício. “Ditaduras e Democracias na América Latina e nos Países Árabes”. *Café História*, 2011.

_____. *Ditaduras Contemporâneas*. Rio de Janeiro: Ed. da FGV (no prelo)

SHATZ, Adam. “Mubarak’s Last Breath”. *London Review of Books*, v.32, n.10, 2010.

TOCQUEVILLE, Alexix de. *O Antigo Regime e a Revolução*. Brasília: Ed. da UnB, 1997.

VANDEVALLE, Dirk. *A History of Modern Libya*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.